



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1000321-48.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Saúde**
 Impetrante: **Renata Marasca de Oliveira**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

RENATA MARASCA DE OLIVEIRA ingressou com ação de obrigação de fazer contra FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, visando o fornecimento de medicamento. Alegou que realizou Pancreatocomia e Esplenectomia Secundária à Pseudocisto na Artéria Esplênica e apresenta Trombose na Veia, Porta de grave intensidade necessitando urgente tomar medicação, necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento **CLEXANE 100 MG**, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação do réu a fornecer-lhe, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada. Com a inicial (fls.02/06) vieram os documentos (fls. 07/17).

Concedido o benefício da assistência judiciária e deferida a tutela antecipada (fl. 51).

A ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo, citada (fl.54), contestou a ação (fls.49/77), argumentando que a autora não solicitou administrativamente o medicamento, nem comprovou ter havido recusa de seu fornecimento gratuito, assim não podendo falar de negativa de fornecimento. Ademais, solicita a intimação do médico para que esclareça os quesitos, e pede produção de perícia. Pugnou pela improcedência do pedido.

O feito foi saneado, determinando-se a realização de avaliação médica (fl. 84).

É o relatório.

Fundamento e decido.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

Contudo, verifica-se ser necessária a existência de dois requisitos para a concessão de medicamentos, quais sejam, a imprescindibilidade do medicamento e a ausência de condições financeiras para obtê-lo. Esta é a única interpretação razoável da Lei n. 11.347/2006, pois é inconcebível e atenta até contra o princípio da moralidade que o Estado seja obrigado a fornecer gratuitamente remédios a quem tem capacidade financeira para adquiri-los, sob pena de falência total do sistema, por falta de recursos disponíveis. Realmente, o orçamento é finito, razão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

pela qual devem ser atendidas as pessoas que realmente não podem arcar com os custos dos medicamentos.

In casu, a autora solicitou o medicamento **CLEXANE 140MG**, porém, mudou o pedido, solicitando a substituição do medicamento nos próprios autos.

Nesta senda, não restou comprovado que o medicamento solicitado é necessário, sendo que a autora deverá entrar com ação própria para pleitear o fornecimento de outro medicamento que substituiu o **CLEXANE 140MG**, uma vez que o feito saneado não há mais como substituir o pedido.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, condenando a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em R\$400,00 (quatrocentos reais) em favor de cada um dos requeridos, com fulcro no art. 85, § 3º, do CPC, ressalvada a justiça gratuita.

P.I.C.

Araraquara, 08 de outubro de 2018.